

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO E A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA NO
PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO DE
INCLUSÃO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

JULIANA GRAZIELA BAUM DAMIN

**Sapiranga, RS, Brasil
2014**

A GESTÃO E A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO DE INCLUSÃO

por

JULIANA GRAZIELA BAUM DAMIN

**Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional**

Orientadora: Prof^a. Ms. Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann

Sapiranga, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**A GESTÃO E A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA NO
PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO DE
INCLUSÃO**

**elaborada por
JULIANA GRAZIELA BAUM DAMIN**

**como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional**

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Celso Ilgo Henz, Dr. (UFSM)

Débora Teixeira de Mello, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 28 de novembro de 2014.

Epígrafe

"Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade" (Freire).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, que me colocou no caminho da Educação e sempre esteve me protegendo e lançando desafios, para que eu aprendesse a buscar o que fosse melhor e me tornasse uma pessoa guerreira.

Aos meus pais Ana E Lirio, que embora não tenham muito estudo sempre incentivaram e apoiaram minhas decisões, as minhas irmãs Patricia e Tatiana que sempre demonstraram orgulho pelo que faço, ajudando - me nos momentos q2ue mais precisei, estando sempre no meu coração.

Ao meu marido Vanderlei Chamberlain Damin e nosso filho Daniel Baum Damin, que estavam sempre perto me dando carinho e atenção, até mesmo nos momentos em que pensei em desistir.

A Minha orientadora, Ana Paula Cristino Zimmermann, que também foi uma amiga, que me auxiliou para compreender minhas dificuldades e foi fundamental para minha formação devido ao seu potencial profissional.

Aos colaboradores, que sem eles meu trabalho não teria sentido, enfim a todos que de alguma forma se fizeram presentes no decorrer desta caminhada.

O Meu Muito Obrigado!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO DE INCLUSÃO

AUTORA: JULIANA GRAZIELA BAUM DAMIN

ORIENTADORA: ANA PAULA DA ROSA CRISTINO ZIMMERMANN

Data e Local da Defesa: Sapiranga/RS, 28 de novembro de 2014.

A melhoria na qualidade do ensino, vai muito além de materiais com alta tecnologia, salas de aula super equipadas e professores pós-graduados, principalmente quando se trata do ensino de alunos portadores de necessidades especiais, que além de todos recursos tecnológicos, necessitam de professores competentes e dispostos a realizarem um trabalho diferenciado com os mesmos. Mas para que isto seja possível a equipe gestora precisa estar em sintonia com os demais membros da escola. Deste modo, buscou-se como objetivo geral da pesquisa, investigar as contribuições da Gestão no processo de alfabetização dos alunos de inclusão em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de Sapiranga (RS). Esta pesquisa fundamentou-se na metodologia qualitativa, utilizando-se da pesquisa do tipo estudo de caso, para obter considerações pertinentes e passíveis de estudo em qualquer instituição de ensino. Com o intuito de analisar de que forma ocorre o processo de alfabetização desta e escola e como a Gestão contribui para que isto ocorra, foi organizado um questionário com perguntas abertas, para que possibilitasse o registro real de suas percepções. Pelos relatos pode-se perceber que a Gestão Escolar é uma grande responsável pelo desenvolvimento de um trabalho qualificado com relação a alfabetização dos alunos de inclusão. Sendo assim, para que a alfabetização dos alunos de inclusão seja possível, é necessário que todos os envolvidos com estes alunos tomem conhecimento da função que exercem e busquem apoio sempre que julgar necessário.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Alfabetização. Inclusão.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO DE INCLUSÃO

MANAGEMENT AND ORGANIZATION OF THE SCHOOL STUDENT LITERACY
PROCESS OF INCLUSION

AUTHOR: JULIANA GRAZIELA BAUM DAMIN

ADVISER: ANA PAULA DA ROSA CRISTINO ZIMMERMANN

Data e Local da Defesa: Sapiranga/RS, 28 de novembro de 2014.

The improvement in the quality of teaching goes beyond high technology equipments, fully equipped classrooms and graduated teachers, mostly when it comes to teaching students with special needs, that in addition to all the technology resources, need competent teachers that are willing to conduct a different work with them. In order to make that possible, the management team needs to be in line with the other school members. Therefore, we sought as the general objective of the research, investigating the contributions of the school management in the students with special needs literacy process in a municipal elementary school from Sapiranga town (RS). This research was based in a qualitative methodology, using the study case research in order to obtain relevant and susceptible to study considerations in any educational institution. In order to analyze the way the literacy process of that school occurs and how the school management contributes to make that happen, a questionnaire with open-ended question was organized, in order to enable an actual record of their considerations. According to the reports, we can see that the school management is a great responsible for the development of a qualified work related to the literacy of students with special needs. Thus, so that the students with special needs literacy to become possible, it is necessary that everyone involved with those students find out the role they play and ask for support whenever they judge it is necessary.

Keywords: School management. Literacy. Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

ACI - Adaptação Curricular Individualizada
AEE - Atendimento Educacional Especializado
CAS- Comunicação Alternativa e Suplementar
CF - Constituição Federal
CNE - Conselho Nacional de Educação
ECA - Estatuto da Criança e do adolescente
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação e Cultura
NEEs - Necessidades Educacionais Especiais
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
RS - Rio Grande Do Sul
SEA- Sistema de Escrita Alfabética

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1- CARTA DE APRESENTAÇÃO	49
APÊNDICE 2- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	50
APÊNDICE 3- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	52
APÊNDICE 4- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	53

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.....	40
---------------	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1 ESCOLA, A ALFABETIZAÇÃO E AS NECESSIDADES ESPECIAIS	14
1.1 Considerações iniciais.....	14
1.2 Encaminhamentos metodológicos.....	16
1.2.1 Caracterização teórico-metodológica.....	16
1.2.2 Procedimentos Metodológicos.....	18
CAPÍTULO 2- A ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	21
2.1 Alfabetização de Alunos com NEEs	21
2.1.1 Adaptação Curricular.....	26
2.2 Amparos Legais sobre Educação Inclusiva.....	31
CAPÍTULO 3 As contribuições da gestão para a alfabetização dos alunos de inclusão na escola pesquisada	36
3.1 Contextualização da Pesquisa.....	36
3.2 Registros referentes aos alunos de inclusão na escola pesquisada.....	39
3.3 As contribuições da Gestão no processo de alfabetização dos alunos de inclusão	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	51

APRESENTAÇÃO

Alfabetizar não é tarefa fácil, principalmente quando se tem consciência de que em uma turma existirão alunos que terão facilidade em aprender, outros terão mais dificuldade e muitos por serem portadores de necessidades especiais requerem um atendimento mais específico e voltado para sua necessidade. Desta forma antes de começar o processo da alfabetização em si, é preciso que se conheçam as leis que regulamentam a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, bem como as propostas de adaptação curricular.

Quando penso na profissão que escolhi, na carreira do Magistério, sei que fiz a escolha certa, pois embora fosse tão jovem no momento em que iniciei meus estudos para me tornar uma professora, é claro que também sabia que o caminho seria árduo e que enfrentaria diversos obstáculos e que nem sempre o que havia planejado sairia exatamente daquele jeito.

Foi em 2001 que me formei no Magistério, mas só comecei a atuar em 2004 como professora, confesso que foi com a Educação Infantil e que não consegui me apaixonar, mas em 2006, após ter feito vários concursos, fui nomeada no município de Parobé (RS), onde atuei com turmas de 2º ano do Ensino Fundamental até o ano de 2008, quando saí de Parobé e vim trabalhar com alfabetização no município de Sapiranga (RS).

As dificuldades eram muitas, havia falta de recursos materiais, tanto por parte da escola, quanto por parte dos alunos, que por serem de classe social menos favorecida, na maioria das vezes não podia adquirir seus materiais, outro fator que fazia com que o aprendizado e o trabalho com as crianças fossem comprometido era a desestrutura familiar, inúmeras vezes precisava ouvir as tristes histórias de agressões ocorridas em seus lares, inclusive numa destas vezes a mãe de um aluno meu foi assassinada pelo padrasto dele e ele viu tudo, cada vez mais a emoção se tornava algo presente nas aulas, mas mesmo assim encontrava esperança e sentia prazer ao ver aqueles olhinhos brilharem quando conseguiam escrever e ler suas primeiras palavras.

Comecei a cursar Pedagogia em 2004 e me formei em 2011, mesmo depois deste longo período sentia vontade de continuar e foi aí que em 2013 enquanto

estava de licença gestante surgiu à oportunidade para cursar a Pós Graduação em Gestão Educacional, algo que queria, pois sempre tive interesse em conhecer melhor o trabalho dos gestores e embasamento legal do mesmo.

No decorrer do curso de Pós em Gestão Educacional, fui percebendo quanta importância tem o trabalho de um gestor e principalmente que se ele souber administrar com cautela obterá sucesso naquilo que faz, esse fator influenciou muito na escolha da temática, pois no decorrer destes anos trabalhando com classes de alfabetização, tive que aprender a perceber o que era realmente relevante e o que não era tão necessário para meus alunos em determinados momentos. A tomada de decisões e o apoio da equipe diretiva fazem com que o profissional tenha mais autonomia e sinta prazer pelo que está fazendo.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre” (FREIRE, p.29, 2003).

Outro fator que fez com que buscasse realizar esta pesquisa foi por durante estes vários anos trabalhando com alfabetização ter recebido inúmeros alunos com NEEs (Necessidades Educacionais Especiais), alguns com laudo médico, mas a maioria sem e precisava alfabetizá-los, a cobrança existia, mas o apoio e recursos nem sempre eram suficientes, pois sabia que precisaria realizar um trabalho diferenciado e específico para cada caso.

Dentre estes alunos com NEEs que recebi no decorrer da minha vida dois me marcaram muito, um deles, foi um menino em Parobé (RS), que já havia sido reprovado no segundo ano, só escrevia seu nome e não conseguia se comunicar verbalmente, embora falasse não se compreendia o que ele dizia, e comigo ele criou um vínculo tão forte, que lembro que no final do ano ele já dizia o nome de algumas letras, lembro também que batalhei muito para que ele fosse diagnosticado e atendido, mas quando saí do município ele já não era mais meu aluno e ainda não havia sido feito nada por ele, o que me deixava profundamente frustrada.

O outro caso foi de uma menina do segundo ano, em Sapiranga (RS), que logo nos primeiros dias percebi que não conseguia enxergar, conversei com ela, observava seu comportamento, chamei a mãe e depois de muita luta ela foi atendida

e diagnosticada com baixa visão, ela já tinha oito anos e nunca havia consultado com um oftalmologista, quando soube da situação mobilizei os professores e ajudamos a custear a compra dos óculos para ela, e seu desenvolvimento e aprendizado foram percebidos por todos, e até hoje a mãe me agradece por ter prestado atenção na sua filha.

Neste sentido a participação e o interesse por parte do professor e da família no processo de alfabetização, bem como o respeito às individualidades permitiram que esta criança pudesse aprender e desenvolver-se sem sofrer discriminação.

No âmbito da teoria sócio histórica, uma educação inclusiva deve ser fundamentalmente de caráter coletivo e considerar as especificidades dos estudantes. Por meio das interações sociais, e pela mediação semiótica, dá-se a reorganização do funcionamento psíquico de pessoas com e sem deficiência, favorecendo lhes o desenvolvimento superior. (BRASIL, 2012, p.08).

Desta forma, a pesquisa vem apresentar de que maneira ocorre o processo de alfabetização do aluno de inclusão com ênfase na legislação atual. Para que se possa permitir que haja um bom trabalho no campo da educação inclusiva, na rede regular de ensino os gestores precisam estar atentos e conhecerem as leis que rege este direito dos alunos de inclusão. Os gestores tem o dever de buscar apoio, recursos e intermediar as relações das famílias com os órgãos e instituições de atendimento ao educando.

Esta monografia está organizada em três capítulos, no primeiro Intitulado A escola, a alfabetização e as necessidades especiais são abordos os aspectos legais referentes à inclusão escolar e também a metodologia utilizada.

O segundo capítulo denominado A alfabetização de alunos de inclusão no contexto da organização escolar serão apresentados referenciais teóricos sobre as temáticas: alfabetização, alunos com NEEs e legislações correlatas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001), Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Resolução Nº4 de 02 de Outubro de 2009) e Adaptações curriculares. No terceiro e último capítulo apresentará a contextualização do campo de pesquisa e a análise a partir dos objetivos específicos.

CAPÍTULO 1 A ESCOLA, A ALFABETIZAÇÃO E AS NECESSIDADES ESPECIAIS

1.1 Considerações iniciais

Vygotsky (1984) assegura que o processo de desenvolvimento humano é o mesmo para todos os sujeitos, portanto, todo ser humano é educável, desta forma todas as crianças deveriam ser educadas. Percebe-se que todas as pessoas podem e devem receber educação, ou seja, trabalhar o seu potencial e o local mais comum onde isso acontece é na escola, embora muitas vezes por apresentarem necessidades especiais, alguns alunos apresentam dificuldade de se adaptarem a rede regular de ensino, por diferentes fatores, seja uma estrutura ineficiente ou até mesmo pelo despreparo dos profissionais que irão atendê-los.

Sendo assim, o papel da escola no desenvolvimento infantil é muito importante, tendo em vista que é nela que se promove a interação social, há a produção de conhecimentos e nela formaram-se cidadãos conscientes, mas nem sempre esse processo ocorre tão facilmente, quando se trata de crianças com necessidades especiais.

O direito a educação para todos está previsto na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96 (BRASIL, 1996), sendo um dever do Estado e da família promovê-la. Conforme Art. 58 da LDBEN em vigor entende-se por Educação Especial, para os efeitos da Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais (BRASIL, 2004).

Segundo a Portaria 948, de 09 de Outubro de 2007, do Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP), tem por objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades em escolas regulares, com orientação adequada, possibilitando um desenvolvimento sadio (BRASIL, 2004) .

Pensando nisso, os gestores e professores devem conhecer as bases legais que envolvem o atendimento aos alunos com portadores de necessidades especiais, numa perspectiva de qualificar o processo de ensino/aprendizagem, no recorte desta

investigação, da alfabetização, que compete o período de vai do 1ºAno do Ensino Fundamental ao 3º Ano do Ensino Fundamental.

Atualmente a alfabetização tem sido muito comentada e divulgada, principalmente através do programa de aperfeiçoamento do educador, Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Programa este que faz com que os profissionais atuantes nas turmas de alfabetização, participem de encontros em que aprendam técnicas e diferentes formas de trabalhar o letramento, priorizando a melhoria na qualidade do ensino e com a proposta de alfabetizar todos os alunos ao final do 3º Ano do Ensino Fundamental. O educador precisa conhecer seu aluno, deve valorizar o conhecimento prévio dele, para poder aperfeiçoá-lo e estimular seu aprendizado nos demais campos de estudo.

O papel do educador não é tolher a criatividade do aluno, e sim ensiná-lo a aprender – daí a importância da perspectiva construtivista, segundo a qual a própria criança será capaz, elaborando suas hipóteses e estabelecendo relações, a partir de intervenções adequadas, de construir o próprio pensamento (RUSSO, 2013, p.15).

Alfabetizar não é tarefa simples, pois quando se recebe uma turma de alunos para iniciar o processo de alfabetização, é preciso ter em mente que todas aquelas crianças possuem histórias de vida diferentes, ambientes e culturas próprios e tudo isso influenciará no seu desenvolvimento. Não existem turmas com todos os alunos no mesmo nível de aprendizado ao mesmo tempo e temos também os alunos que por algum motivo específico são diagnosticados com NEES, precisando assim de um atendimento mais específico a sua necessidade, bem, como adaptação de materiais.

Embora se saiba que as turmas são heterogêneas, existem conteúdos preestabelecidos em lei que devem ser trabalhados durante o período de alfabetização, mas cabe ao professor distribuí-los e trabalhá-los conforme perceba que seus alunos já dominam os demais.

A organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais decorre da “necessidade de um referencial curricular comum para a formação escolar no Brasil, capaz de indicar aquilo que deve ser garantido a todos, numa realidade com características tão diferenciadas, sem promover uma uniformização que descaracterize e desvalorize peculiaridades culturais e regionais” (RUSSO, 2013, p.12).

A preocupação com o atendimento dos educando com NEEs, apresentada nas leis e resoluções citadas anteriormente auxiliam na elaboração do trabalho a ser

realizado na alfabetização destes alunos. Estas questões iniciais embasam a questão problematizadora: Como a gestão organiza a alfabetização para as crianças com NEEs em uma escola municipal de Sapiranga (RS)?

A partir desta problematização, foi estabelecido como objetivo geral: Analisar na perspectiva dos gestores, a organização da alfabetização para NEEs em uma escola municipal de Sapiranga (RS).

Os objetivos específicos são: analisar a partir do Educacenso, dados referentes à inclusão escolar de alunos do 1º ao 3º Ano em uma escola da rede municipal de ensino de Sapiranga (RS). Analisar a percepção da direção, coordenação pedagógica, professora do 1º ao 3º ano e responsável por aluno com NEEs, sobre a alfabetização e inclusão na escola pesquisa.

1.2 Encaminhamentos Metodológicos

1.2.1 Abordagem metodológica

Pesquisas na área da Educação, não devem ser comparadas a pesquisas científicas convencionais, pois trazem uma gama de conhecimento muito mais profundo e particularidades, devido ao fato de envolver seres humanos de diferentes áreas, idades, níveis de conhecimentos, há uma oportunidade de fazer relações da prática com a teoria, o que garante um conhecimento mais minucioso. Em se tratando do processo de alfabetização, vários métodos aparecem como ferramentas para facilitar o aprendizado do aluno, mas neste caso o que se procura são estratégias que permitam que alunos portadores de necessidades especiais, consigam serem alfabetizados, durante o período que compete a alfabetização, ou seja, nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

A alfabetização por si só é um processo bastante complexo, que requer muito esforço por parte dos alunos, professores e familiares. E a alfabetização de alunos portadores de necessidades especiais é algo que exige uma dedicação muito maior e principalmente adaptações. Nesse contexto, a pesquisa social vem como ferramenta de obtenção do conhecimento, tendo em vista que permite se pensar e, conseqüentemente produzir conhecimentos no âmbito educacional.

Neste modelo de pesquisa – a pesquisa qualitativa – o cotidiano da escola passa a ser preocupação central do pesquisador, para André (2001, p. 54) “se o papel do pesquisador era sobremaneira o de um sujeito de fora”.

Buscando compreender fatores relacionados ao processo de alfabetização dos alunos de inclusão, na perspectiva da gestão escolar, decide-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, o que permite que se conheça mais intimamente e compreenda cada situação de maneira específica, pois ela permite atender algumas características essenciais para este processo, tais como as que serão descritas a seguir:

A particularidade, pois possui seu foco voltado para uma situação específica, fazendo com que se consiga obter maior precisão nas informações. Outro fator é a *descrição*, pois respeita a informação obtida, ao coletar os dados não se está pretendendo julgar ou determinar o certo ou errado, mas sim conhecer diferentes olhares com relação ao mesmo assunto, neste caso a educação inclusiva.

Para isso, participaram colaboradores de diferentes cargos e funções, mas ambos têm relação com os alunos de inclusão.

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori, tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações (DEUS, CUNHA e MACIEL, 2002, p.4)

Este tipo de pesquisa também faz com que o leitor, tenha uma compreensão mais clara do assunto que está sendo pesquisado, facilitando seu entendimento, parte-se do conhecimento preestabelecido pelo colaborador em relação a fatos reais.

O método é experimental (hipotético-dedutivo) e o conhecimento extraído da realidade natural ou social é estável e quantificável, a partir de um distanciamento entre o investigador e a realidade estudada. Em contraste, a metodologia qualitativa orienta-se por uma perspectiva mais interpretativa e construtivista. (MEIRINHOS M., OSÓRIO A., 2010, p.50).

Quando o assunto é inclusão, mesmo fazendo parte da legislação há muitos anos, nem todos tem o conhecimento disso e aparentemente parece ser algo muito recente. “Neste caso, a pesquisa social atende às exigências da complexidade do contexto educacional, que requer a utilização de uma pesquisa capaz de contemplar as novas demandas” (DEUS, CUNHA e MACIEL, 2002, p.2).

Uma destas “novas” demandas é o cumprimento das leis no que se referem à inclusão dos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino (pública e privada), algo muito presente nos dias atuais, que rompe as barreiras do preconceito, à medida que as demais pessoas compreendem e respeitam.

Sendo assim no contexto da inclusão educacional, faz-se necessário compreender como o processo de alfabetização acontece com os alunos portadores de necessidades especiais.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (MEIRINHOS e OSÓRIO, 2010, p53/54).

Durante a realização da pesquisa, foi realizado um questionário com algumas pessoas selecionadas utilizando alguns critérios, tais como: professores, pessoas que convivem com portadores de necessidades especiais, membros da escola que trabalham com os alunos de NEEs. Então os questionários foram analisados por meio de uma categorização simples e complementarão as ideias contidas no decorrer do trabalho.

1.2.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi realizada em uma escola que faz parte da rede municipal de ensino de Sapiranga (RS), e os colaboradores serão professor de alfabetização, coordenação pedagógica, direção, professor de sala de AEE e responsável por aluno com NEEs. As turmas de 1º ao 3º ano do Ensino fundamental, segundo o MEC, correspondem ao período de alfabetização, o que justifica a escolha destas turmas e os colaboradores selecionados possuem contato direto com os alunos de inclusão.

A escola recebeu a carta de apresentação (APÊNDICE 1), os colaboradores receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 2) e Termo de Confidencialidade (APÊNDICE 3).

Para isso, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário (APÊNDICE 4) que foi entregue aos colaboradores de uma escola da rede municipal de ensino de Sapiranga (RS), com cinco questões abertas, elaboradas a partir dos objetivos específicos.

O questionário com questões abertas é uma importante ferramenta para coleta de dados, segundo Gil (2006) a principal vantagem das questões abertas é de não forçar o respondente a enquadrar sua percepção em alternativas preestabelecidas, dessa forma consegue-se que cada um interprete e escreva aquilo que acredita ser a melhor resposta. Levando assim, a um levantamento de dados, valorizando a opinião de cada um.

“Na elaboração do questionário torna-se necessário levar em consideração os mecanismos de defesa social. Este, de maneira inconsciente, intervém na situação de resposta a um questionário. O redator do questionário deverá, portanto estar atento a isso” (GIL, 2006, p.135).

Também foi realizado um levantamento com relação à matrícula dos alunos de inclusão nas turmas de 1º ao 3º ano do ensino fundamental, período correspondente ao da alfabetização. Com isso, a pesquisa também fundamentou-se na análise documental.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p.2).

Por meio dos documentos pesquisados pode-se ter informações referentes ao assunto em questão desde muitos anos, o que fez com que as informações fossem mais precisas e demonstrassem a grande preocupação com a inclusão. Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social (SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009).

As fontes documentais se encontram no Educacenso 2014. O Educacenso é uma ferramenta utilizada pelo Ministério da Educação, no qual as escolas preenchem dados sobre seus alunos para que se possa realizar o censo escolar. Todas as informações declaradas no censo escolar precisam estar documentadas, pois se forem necessárias conferência das mesmas, estas deverão estar disponíveis na escola. Estas serão referentes tanto a estrutura física, quanto ao quadro funcional (BRASIL, 2014).

Após a coleta dos questionários e o levantamento das matrículas dos alunos de inclusão, como forma de análise foi feita uma categorização simples: Sobre essa

sistemática, Deus; Cunha; Maciel (2002) comenta que esse material precisa ser organizado e categorizado segundo critérios relativamente flexíveis e previamente definidos, de acordo com os objetivos da pesquisa. É um trabalho árduo, em uma primeira etapa mais “braçal” do que propriamente analítico. Logo, as respostas foram utilizadas para reforçar o que já foi lido e visto no restante do material, no que se refere à inclusão. Da mesma forma, buscaram-se as inovações referentes às concepções das temáticas, considerando as perspectivas dos colaboradores. A partir das temáticas: alfabetização de alunos com NEEs e legislações educacionais relacionadas, foi organizada o processo de categorização, assim entendido:

A categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas. Podem ser sintáticos definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos, etc. As categorias podem ainda ser constituídas a partir de critérios léxicos, com ênfase nas palavras e seus sentidos ou podem ser fundadas em critérios expressivos focalizando em problemas de linguagem. Cada conjunto de categorias, entretanto, deve fundamentar-se em apenas um destes critérios. (MORAES, 1999, p.7-32.)

Sendo assim foram levados em consideração aspectos relevantes e apresentados por ambos colaboradores.

No contexto da Gestão Escolar, o compromisso com o apoio no processo de alfabetização dos alunos de inclusão, é algo fundamental, mas para que o mesmo ocorra de naturalmente, respeitando todos os aspectos referentes a inclusão, no capítulo seguinte serão explicitados aspectos referentes a legislação que rege o processo de inclusão educacional e também as regras para a realização da adaptação curricular nas escolas, visando uma melhor integração do educando.

CAPÍTULO 2 A ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

2.1 Alfabetização de alunos com NEEs

Atualmente considera-se que o aluno que está matriculado nas três primeiras séries do Ensino Fundamental, encontra-se no período de alfabetização, dentre os alunos que se apresentam nestas séries, muitas vezes encontram-se alunos de inclusão, que por possuírem necessidades educacionais especiais, precisam de um trabalho mais específico, para concluir seu processo de alfabetização. (BRASIL, 2012)

Juntamente com os professores, a equipe gestora precisa estar em constante contato com os mesmos, fornecendo apoio e os subsídios necessários para que se obtenham resultados satisfatórios com relação ao processo de alfabetização.

A inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar é um debate atual que demanda a organização de várias propostas de trabalho, pelas especificidades inerentes a pessoa humana e pelas diversas barreiras existente no contexto escolar(BRASIL, 2012, pg.07).

Primeiramente é preciso esclarecer o que significa inclusão, no contexto escolar. A inclusão é a inserção total do sujeito, sem que existam barreiras ou qualquer tipo de preconceito. Pensando assim, é necessário que a escola quebre paradigmas, perceba que não existirão turmas homogêneas, pois cada sujeito é único e possui seu próprio tempo de aprendizado, sendo assim precisarão ser criadas estratégias para que os direitos de aprendizagem dos alunos sejam mantidos, independente de serem portadores de necessidades especiais ou não.

A Declaração de Salamanca (1994), defende que o princípio norteador da escola deve ser o de propiciar a mesma educação a todas as crianças, atendendo as demandas delas. Para que se possa qualificar o ensino, em uma sala de aula inclusiva requer que existam diferentes práticas pedagógicas, propiciando o desenvolvimento de todos, o aluno com NEEs deve sentir-se livre para acessar o conhecimento, rompendo suas próprias barreiras.

Assim dentro da perspectiva social de deficiência podemos afirmar que a pessoa com deficiência procura outro percurso de desenvolvimento distinto daquele que está impedido biologicamente (VYGOTSKY, 2004). A pessoa cega , por exemplo, aprende e se desenvolve na busca de acessos,

cognitivos e sociais, utilizando-se do braile e de recursos de tecnologia de informação e comunicação acessíveis. Já a pessoa surda, usuária da língua de sinais, tem acesso ao objeto de conhecimento por meio dessa língua. (BRASIL, 2012, p.08).

Outro fator que deve ser levado em consideração, é de que toda a criança não parte do zero para a apropriação do seu sistema de escrita, sendo ela portadora de necessidade especial ou não, de tal modo que faz-se necessário a contribuição da escola, promovendo um ambiente com recursos e tecnologia assistida. Toda criança, independente da deficiência precisa estudar e aprender, dentre as necessidades estas algumas foram citadas, tais como: deficiência motora, deficiência intelectual, cegueira, baixa visão e surdez.

No que se refere à apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) do aluno com deficiência motora, o professor também não encontrará receitas prontas e precisa pensar em um currículo capaz de revolucionar a sua práxis, atendendo as peculiaridades dos alunos. (BRASIL, 2012, p.12).

No caso de um aluno que apresente deficiência motora, cabe salientar que este não vivenciou o ato de brincar de escrever, pelo fato de ter sua coordenação motora e locomoção comprometidas. Por não conseguir ter acesso ao material escrito, o mesmo precisa ser levado até suas mãos, e uma sugestão bastante eficaz é a utilização de pranchas de letras, contando com o auxílio de colegas e professores. É importante que se a criança não conseguir falar, ela estabeleça outro tipo de comunicação, seja através de gestos, ruídos ou sinais.

Em se tratando da alfabetização, um recurso possível de ser utilizado com os alunos com deficiência motora é o sistema de Comunicação Alternativa e Suplementar (CAS), os sistemas são compostos de palavras escritas, assim como alguns softwares.

O software Boardmaker, ferramenta de CAS do tipo PCS (símbolos de comunicação pictográfica), disponibilizada pelo MEC para as salas de recursos multifuncionais das escolas públicas, permite que se criem esses tipos de pareamento. (BRASIL, 2012, p.13).

Os alunos com deficiência intelectual são vistos como aqueles que apresentavam dificuldades em participação social e educacional, mas graças a política atual de inclusão escolar, esta imagem tem se transformado.

Há um estigma em relação aos fatores relacionados à aprendizagem que está completamente atrelado à classificação do grau de deficiência, como também a grande tradição dos testes de inteligência, que favorecia os acima da média e segregava as pessoas que estivessem abaixo da média. É avaliar os alunos como menos ou mais inteligentes e rotulá-los como tal? (BRASIL, 2012, p.15).

A presença dos alunos com deficiência intelectual na rede regular de ensino, muitas vezes gera certo desconforto, pelo fato de fazer com que seus professores e gestores precisam modificar seu trabalho, afim de melhor atender e promover o aprendizado destes alunos. A escola deve utilizar diferentes instrumentos avaliativos e não basear-se somente em testes prontos, o aluno deve ser avaliado como um todo é preciso considerar os avanços sofridos pelo mesmo no decorrer do ano letivo.

Priorizar o trabalho com estes alunos é o desenvolvimento intelectual e a autonomia, outro fator que deve ser observado é o trabalho em conjunto com o professor titular e professor de AEE, para que se possam sanar problemas e avaliar progressos.

A família precisa estar comprometida e se for observada a falta de apoio a escola deve acionar o Conselho Tutelar, pensando no bem estar do aluno. Quando o professor recebe o laudo informando que seu aluno apresenta deficiência intelectual, ele precisa compreender que isto não significa que o aluno seja incapacitado aprender, mas que apresenta dificuldades.

Ferreira, Ferreira e Oliveira (2010) relatam que muitos professores consideram que seus alunos com síndrome de Down não podem aprender simplesmente porque não falam ou porque falam insuficientemente. A fala não é a única forma válida de comunicação. (BRASIL, 2012, p.17).

Assim como as tecnologias assistivas podem ser utilizadas com os alunos com deficiência motora, com que apresenta síndrome de Down também, e toda a criança deve ter acesso a todo conteúdo, se possível o professor deve ter material disponível voltado para estes alunos, mas para que possam desenvolver sua autonomia, tornando-se assim menos dependentes dos outros.

As crianças com deficiência intelectual costumeiramente utilizam de gestos para se comunicar. Toda criança pode ser alfabetizada, mas sempre existirão diferenças quanto ao prazo de apropriação do sistema de escrita (SEA), sendo assim a ela deve ser oportunizado o acesso ao conteúdo dos demais colegas, mas

para facilitar sua compreensão devem-se criar materiais alternativos, compatíveis com suas possibilidades(BRASIL, 2012).

Outro tipo de aluno que podemos encontrar são as crianças portadoras de deficiência visual, muitas vezes rotuladas como incapazes de adquirirem autonomia e condições de subsistência, o que na maioria das vezes ocorre pelo preconceito em oferecer-lhes oportunidade. O aluno pode apresentar um diagnóstico de cegueira ou de baixa visão.

É importante salientar também que se por um lado a deficiência visual não cerceia a atuação social das pessoas que a possuem, pois estas podem estabelecer outros tipos de relações com o mundo que as cerca, por outro lado não às dota de capacidades superespeciais como crêem algumas pessoas, como por exemplo, de uma extraordinária memória (DOMINGUES,2010).

O que ocorre é que pelo fato de não poder enxergar, a pessoa com deficiência visual acaba utilizando seus outros sentidos, para conhecer o mundo que a cerca e cria seu próprio modo de se comunicar.

É preciso, portanto, pensar nas possibilidades de acesso e definições impressas elo campo visual de cada aluno em particular para elaborar as situações de intervenção adequada as condições de aprendizagens colocadas (BRASIL, 2012, p.22).

Compreende-se assim que estas pessoas possuem uma outra forma de perceber o mundo ao seu redor, utilizando-se mais dos seus sentido tátil e percepções sinestésicas, o que não as torna menos capazes do que as pessoas que enxergam. Também, as escolas além de oferecerem materiais atrativos específicos para os portadores deficiência visuais, precisam estar preocupadas em disponibilizar recursos que auxiliem no deslocamento, locomoção e principalmente autonomia destes alunos na escola.

Outro fator importante no que se refere ao processo de alfabetização dos alunos com cegueira é que estas crianças terão muito menos acesso a livros do que as demais, devido ao fato de os livros em braille serem produzidos em bem menor quantidade do que os outros.

Da mesma forma que é preciso entender que o processo de alfabetização de crianças que possuem acuidade visual é pautado em construções conceituais a respeito da escrita, a alfabetização das crianças com deficiência visual também precisa promover a aprendizagem de conceitos, em particular, da apropriação da escrita alfabética. (BRASIL, 2012, p.24).

A apropriação da escrita alfabética é algo bastante complexo para alguns alunos, sejam eles de inclusão ou não.

Ainda é importante lembrar que alunos com deficiência auditiva ou surda, também estudam na rede regular de ensino, e o processo de alfabetização das mesmas é algo bastante complexo e desafiador.

Assim, entender as implicações da surdez na alfabetização passa também pela compreensão da importância da audição para alfabetizar em uma língua oral auditiva, cuja escrita alfabética é um sistema notacional. Em crianças ouvintes, a audição é o meio primário para o desenvolvimento de uma língua oral.(BRASIL, 2012, p.28).

No caso de crianças surdas pode-se fazer uso de alguns recursos de tecnologia assistiva, o que pode ser encontrado e utilizado nas salas de AEE. A pessoa surda utiliza-se mais das imagens para comunicar-se, sendo assim os materiais devem fazer uso de imagens que sejam significativas e não apenas decorativas.

De acordo com o Decreto nº5.626/05, a pessoa surda tem direito ao ensino da Libras e também da Língua Portuguesa como segunda língua, desde a Educação Infantil. No Art. 22. 10 desse documento, por exemplo, são denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2012, p.30).

Analisando todos estes diferentes tipos de deficiências, pode-se concluir que a escola, embora esteja voltada para o recebimento de todo e qualquer aluno, independente das necessidades especiais que apresente, precisa ter um bom amparo de seus gestores, que deverão oportunizar o acesso aos recursos tanto pedagógicos, quanto as adaptações físicas necessárias, para que estes alunos sejam acolhidos, sem se sentirem discriminados e que tenham oportunidade de desenvolverem suas potencialidades.

De acordo com TEZANI:

As escolas são instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como qualquer fábrica ou oficina: a educação não tolera a simplificação do humano (das suas experiências, relações e valores), que a

cultura da racionalidade empresarial sempre transporta. E, no entanto, a afirmação da especificidade radical da ação educativa, não pode justificar um alheamento face a novos campos do saber e de intervenção. Mais do que nunca, os processos de mudança e de inovação educacional passam pela compreensão das instituições escolares, em toda sua complexidade técnica, científica e humana (2009, p.9).

É na escola que ocorrem as mudanças sociais, os indivíduos devem ser levados a aprenderem a viver melhor. Para que isto ocorra cabe aos gestores oportunizarem condições físicas, pedagógicas e sempre que possível oferecer treinamento e capacitações aos seus educadores, tendo como objetivo um aprimoramento melhora na qualidade do ensino.

2.1.1 Adaptação Curricular e Educação Inclusiva

Quando se fala em adaptações curriculares esta se referindo a todas as mudanças e estratégias realizadas pelos professores, visando a melhoria e qualidade do ensino dos alunos, tendo em vista as suas limitações. Tornar essas experiências concretas é um desafio na busca de um diferencial no processo de aprendizagem dos alunos com NEEs.

Considera-se significativo trabalhar com as adaptações curriculares porque leva em conta o conhecimento do aluno, tanto no que se referem as suas características pessoais como, ao seu processo de aprender, antes e durante todo o processo de ensinar. Para isso elabora-se um plano de ensino voltado para os educandos que realmente apresentam dificuldades de aprendizagem e limitações, sabendo que as peculiaridades e necessidades educacionais são individuais (BRASIL, 2003).

Partindo destes parâmetros da Educação Inclusiva, percebe-se que o papel da escola neste olhar é de extinguir a ilusão da homogeneidade, e reforçar o direito que todos os alunos têm de frequentar o ensino regular e trabalhar com a diversidade, tentando adequar na ideologia proposta pelo MEC de Uma educação para todos. Dessa maneira, a flexibilidade curricular trata-se de aproveitar o potencial educativo das diferenças, oferecendo oportunidade da participação nas atividades e a troca de vivências (BRASIL, 2003).

A Educação Inclusiva se baseia na heterogeneidade, considerando que cada aluno tem uma capacidade ou uma maneira única de aprender. Sendo assim deve-se priorizar uma educação que valorize e respeite as diferenças, percebendo-a como uma oportunidade para aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e social da criança (BRASIL, 2009).

Dessa forma, a escola como um espaço inclusivo deve transformar-se se inserindo ao contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam, tornando-se um espaço de construção da aprendizagem e da cidadania de todos e para todos. “Esta nova definição de escola implicará a busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior”. (GOFREDO, 1999, p.45.).

As adaptações curriculares são procedimentos de alterações graduais no currículo geral da escola, cujas modificações têm como objetivo a resposta educativa individual, sem que se perca a visão do cenário sociocultural onde a escola está inserida. (ROSA, 2005).

Portanto, são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos do currículo escolar. Para se apropriar das peculiaridades dos alunos, esse processo deve ser flexível, passível de sofrer transformações sempre que necessário. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos (BRASIL, 2003, p.34).

Para que os alunos com NEEs possam participar de um ambiente escolar repleto de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, as adaptações curriculares implicam em uma transformação da ação pedagógica e docente que visem os seguintes critérios definidos pelos PCNs: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno.

Inserida nesta concepção de Necessidades Educativas Especiais, as Adaptações Curriculares dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 2004.) defendem a adaptação curricular de modo a atender às

necessidades individuais dos alunos, e reforçam a ideia de que Necessidades Educativas Especiais ocorrem nas diversas situações de dificuldades de aprendizagem, como resultado de condições específicas, que podem ser individuais, econômicas, ou socioculturais, como crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas. (CARDOSO, 2008, p.235).

Pensando assim, os educadores precisam ter uma visão crítica do que está sendo exigido de cada aluno, pois os objetivos específicos da aprendizagem curricular podem em certos momentos, serem individualizados para que se obtenham resultados mais satisfatórios, com relação às necessidades, às habilidades, aos interesses e às competências singulares de cada aluno. Por isso, antes de iniciar o trabalho, é preciso conhecer e compreender que tipo de planejamento será feito para as necessidades de determinado aluno, e isto parte do que já está descrita no PPP da escola.

A organização do trabalho pedagógico da escola e da sala de aula é tarefa individual e coletiva de professores, coordenadores, orientadores e da equipe gestora, pois o professor regente da turma precisa comunicar-se com os demais e com a equipe diretiva para que em conjunto sejam analisadas as necessidades e criadas as estratégias. Para tanto, é primordial que se sensibilizem com as especificidades, as potencialidades, os saberes. Os limites, as possibilidades das crianças e adolescentes diante do desafio de uma formação voltada para a cidadania, a autonomia e a liberdade de aprender e transformar a realidade de maneira positiva (BRASIL, 2007).

A Adaptação Curricular Individualizada (ACI) é um instrumento pedagógico a ser construído de forma coletiva e parte das modificações do currículo. Ela possibilita uma visão mais centrada no educando, sendo sugerida com objetivos específicos e conteúdos curriculares planejados a cada semestre para este aluno especial (CARDOSO, 2008).

Adaptações curriculares não se resumem em indicativos de formas para a condução da ação planejada do professor. Preconizam procedimentos de alterações graduais no currículo geral da escola, cujas modificações têm como objetivo a resposta educativa individual, sem que se perca a visão do cenário sociocultural onde a escola está inserida (ROSA, 2005).

Compreende-se que, nenhum docente deve sentir-se incapacitado para trabalhar a inclusão dentro do ambiente da sala de aula. Todos têm muito de

aprender sobre ela, pois conforme destaca González (2002), no olhar da educação inclusiva, os professores têm a possibilidade de:

- Criar o clima adequado para a interação e cooperação;
- Motivar os alunos, produzindo expectativas positivas e utilizando reforços de autoestima e reconhecimento;
- Aceitar a diferença como componente da normalidade;
- Fomentar a convergência de todos os educadores por meio da atividade em equipe (GONZALEZ, 2002, p.20).

Sendo a escola uma instituição inclusiva, ela deve ter como referência o sucesso de todos os alunos, onde estão presentes a diversidade e a diferença, sendo ela responsável em adaptar-se para atender as necessidades de todos os alunos, criando meios, estratégias para adequar-se e inserir esses educandos em seu cotidiano de aprendizagem.

A sustentação de um projeto escolar inclusivo implica necessariamente mudanças em propostas educacionais da maioria das escolas e em organização curricular idealizada e executada pelos seus professores, diretor pais, alunos e todos os interessados em Educação, na comunidade em que a escola se insere. (STOBAUS; MOSQUERA, 2003, p. 29).

Nessa concepção, as escolas inclusivas buscam adequar as suas propostas curriculares educacionais para suprir uma realidade inclusiva, tendo em vista que estas são construídas de acordo com o seu contexto social. As escolas que reconhecem as suas diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que propõem diferem do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas da turma, sendo por problemas que vão das deficiências ou a outras dificuldades relacionadas à motivação e o contexto sociocultural do aluno.

De acordo com os PCNs, Brasil (1998) as adaptações do currículo correspondem às alterações ou recursos espaciais, materiais ou de comunicação que possam contribuir na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. As modificações de acesso ao currículo são sugeridas pelos PCNs (BRASIL, 1998) da seguinte forma:

* Criar condições físicas, ambientais e materiais para o aluno na sua unidade escolar de atendimento;

- * Propiciar os melhores níveis de comunicação e interação com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar;
- * Favorecer a participação nas atividades escolares;
- * Adaptar materiais de uso comum em sala de aula.

Nesse sentido, os PCNs propõem que haja um contínuo desenvolvimento pedagógico e educacional que este resulte numa nova maneira de perceber e atuar com as diferenças dos alunos. Adaptações devem ser feitas de forma consciente e, não priorizando apenas as características e potencialidades dos alunos, mas de suas próprias condições para ensiná-los.

Segundo os PCNs (BRASIL, 1998) as adaptações metodológicas realizam-se por meio de procedimentos técnicos, estratégias de ensino e aprendizagem, procedimentos avaliativos programados para os alunos. Eis alguns exemplos dessas adaptações: situar o aluno nos grupos com os quais melhor trabalhar; adotar métodos e técnicas de ensino e aprendizagem específicas para o aluno, na operacionalização dos conteúdos curriculares, sem prejuízo para as atividades; usar instrumentos de avaliação distintos da classe, quando necessário, sem alterar os objetivos da avaliação e seu conteúdo; propiciar apoio físico, visual, verbal e outros ao aluno impedido em suas capacidades, temporária ou permanente, de modo que permita a realização das atividades escolares e do processo avaliativo; introduzir atividades individuais complementares para o aluno alcançar os objetivos comuns aos demais colegas; eliminar atividades que não beneficiem o aluno ou lhe restrinja uma participação ativa e real ou, ainda, que esteja impossibilitando de executar.

O atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência. São consideradas matérias do atendimento educacional especializado: Língua Brasileira de Sinais (Libras); Interpretação de Libras; Ensino de Língua Portuguesa para Surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas; incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativo/aumentativa; tecnologias assistidas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social, entre outras (BRASIL, 2004, p.11).

Não se pode pensar que adaptações curriculares envolvam somente professor e aluno, elas devem realizar-se num plano geral, envolvendo a todos que formam à escola. Tais adaptações acontecem de acordo com as necessidades do aluno,

podendo ser aplicadas de forma reduzida, ou ainda, em alguns casos, de forma mais intensiva, dependendo das necessidades que forem identificadas.

Portanto, considera-se imprescindível a prática das adaptações curriculares dentro do ambiente escolar. O desafio colocado aos professores é grande. A construção de uma escola inclusiva e a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais dependem de uma estratégia interdisciplinar que valorize a diversidade presente na mesma

2.2 Amparos legais sobre a educação inclusiva

Incluir um aluno com NEEs na rede regular de ensino é obrigatório e uma maneira de diminuir o preconceito existente na sociedade, que muitas vezes classifica essas pessoas de maneira errônea como sendo incapazes. Em defesa delas foram criadas leis e decretos, alguns destes que serão explicitados e analisados no decorrer deste Item. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001), Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Resolução Nº4 de 02 de Outubro de 2009), Declaração de Salamanca (1994), Declaração de Guatemala (2001). Mais recentemente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2013), documento que por seu Art. 1º é definido para: “[...] condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania participativa plena e efetiva” (BRASIL, 2013, p.01). Também, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – Portaria 948/ 2007, o qual articula políticas públicas que assegurem uma educação de qualidade para todos os alunos (BRASIL, 2008)

No contexto desta pesquisa, especificar-se-á algumas destas legislações, seguindo as proposições estabelecidas nos objetivos. Primeiramente temos a Constituição Federal criada em 1988, que demonstra a preocupação com a igualdade social.

A Constituição Federal elegeu como fundamentos da república a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, se preconceitos de

origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV). (BRASIL, 2004, p.6).

Neste trecho fica evidente que toda pessoa tem o direito de viver em sociedade sem que sofra discriminação, tendo seu direito de uma vida digna respeitado. Quando se fala em vida digna, não se pode esquecer o direito a cultura e educação, que são bases para a capacitação e desenvolvimento humano.

Ainda na Constituição, no que se refere à educação, em seu artigo 5º garante o direito a Educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo e qualificação para o trabalho.

Além disso, elege como um dos princípios para o ensino, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206, inc. I), acrescentando que o dever do estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um “(art.208”, V). (BRASIL, 2004, p.6).

Sendo assim, para que uma pessoa com NEES se sinta acolhido, a escola precisa adaptar-se as suas necessidades, promovendo a igualdade de acesso. Desse modo, a Constituição estabelece a obrigatoriedade do acesso e permanência de todo cidadão nas escolas, assim reconhecidas pelos órgãos oficiais. Para que a Constituição fosse respeitada, outras leis foram elaboradas, com o intuito de garantir os direitos dos portadores de necessidades especiais, trazendo mais embasamento em prol desta causa. Especificamente destinada ao direito a Educação, foi criada em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, Lei 9394/96:

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (art. 58 e seguintes), “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (art.. 59, § 2º). (BRASIL, 2004, p.9).

Muitas vezes este Artigo da lei é interpretado de maneira equivocada acreditando-se que é possível o atendimento ser feito somente em classe especial e não na rede regular, mas é preciso ter consciência que nenhuma lei pode ser lida isoladamente e deve estar de acordo com a Constituição Federal.

Mesmo tratando do atendimento educacional especializado na atual LDBEN, é importante ressaltar que este atendimento não substitui o direito à educação oferecida na rede regular de ensino, que também está previsto na Constituição.

Atualmente a Educação Especial é vista como uma maneira de suprir as necessidades num ambiente comum a todos, sem que o aluno seja submetido a um ensino isolado, ele apresenta recursos e estratégias diferenciados, propondo atendimentos específicos em conformidade com as necessidades existentes.

A constante preocupação com a inclusão faz com que mais decretos e resoluções surjam, uma delas é a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), que vem trazer maior embasamento para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais.

Esta Resolução CNE/CEB nº2, de 11/09/2001, que institui as diretrizes a serem obedecidas para os alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica, o atendimento a estes alunos deve começar desde a Educação Infantil, ou seja, quanto mais cedo à criança tiver acesso a este atendimento, maior as chances de ela conseguir desenvolver-se e integrar-se a sociedade, sem sofrer preconceitos (BRASIL, 2001). Ela apresenta em seu Artigo 2º a informação que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos e adequar-se as necessidades dos mesmos, de maneira a proporcionar e garantir uma educação de qualidade.

Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (BRASIL, 2001, p.1).

Por meio dessa Resolução esclarece-se que alunos portadores de necessidades especiais podem ser crianças com: dificuldades de aprendizagem ou limitações de causa orgânica ou não, dificuldades de comunicação, altas habilidades ou superdotação, para que se possam identificar quais as necessidades do aluno, deve-se fazer uma avaliação contando com o corpo docente, técnico, conversa com a família e verificação se possui algum diagnóstico ou laudo médico.

Segundo o Art. 8º da CNE/CEB nº2 As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

- professores capacitados e especializados;
- distribuição dos alunos pelas classes nas quais forem classificados, para que todos se beneficiem e haja a interação;
- adaptações curriculares e metodológicas;
- serviço de apoio pedagógico, tanto em sala de recurso, quanto diretamente com o professor;

- adequação do tempo de permanência do aluno em sala, em conformidade com sua capacidade;
- espaço para reflexão e troca diálogo de professor e demais colaboradores. (BRASIL, 2001, p.2).

Em caso de necessidade a escola pode criar classes especiais, em caráter extraordinário, nas quais será feito um trabalho mais específico, quando se percebe que o aluno não consegue adaptar-se a turma e quando a escola e a família após avaliações concordarem, o mesmo é reinserido na sala regular.

O espaço físico, bem como a sinalização dentro da escola deve adequar-se, facilitando ao deslocamento e adaptação dos alunos com NEEs.

Em seu Art. 15 traz a seguinte informação: A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino. (BRASIL, 2001, p.4).

As considerações comentadas são essenciais e requerem que a escola e seus profissionais estejam atentos e o Projeto político Pedagógico (PPP) da escola deve manter-se atualizado, com o intuito de adequar-se as necessidades que forem surgindo.

Outro fator importante a destacar com relação à gestão, para a qualidade do AEE (Atendimento Educacional Especializado), conforme Paro é:

[...] o princípio fundamental da administração passa a ser o da necessária coerência entre meios e fins, ou seja, para que a administração efetivamente se realize, é imprescindível que os meios utilizados não se contraponham aos fins visados. (2011, p.21).

Sabendo que um dos fatores importantes para um bom trabalho e desenvolvimento na escola também se dá pelo fato da existência de profissionais capacitados, que segundo a Resolução CNE/CEB nº2 são aqueles que comprovem que foram incluídas em seu currículo da formação em nível médio ou superior, matérias específicas sobre Educação Especial.

Outra Resolução que vem trazer mais amparo ao atendimento dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) é a Resolução nº4 de 2 de

Outubro de 2009, que institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado, a qual contém em sua redação as seguintes informações.

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009, p.1).

As classes regulares terão seu trabalho complementado pelas salas de recursos e/ou centros especializados, sem que o aluno deixe de frequentar o ensino regular com os demais colegas. O Atendimento educacional Especializado (AEE) é feito prioritariamente na sala de recursos multifuncionais, os professores que atuarem nestas salas devem criar o planejamento em parceria com os demais professores, objetivando suprir as necessidades específicas de cada aluno.

A forma como será organizada a sala e os atendimentos e horários devem constar no PPP, sendo que este é um documento ao qual representa todo o funcionamento da escola.

Os centros de Atendimento Educacional Especializado devem cumprir as exigências legais estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino, quanto ao seu credenciamento, autorização de funcionamento e organização, em consonância com as orientações preconizadas nestas Diretrizes Operacionais. (BRASIL, 2009, p.3).

Ou seja, para atender aos educando serão aceitas somente instituições sérias, que tenham preocupação e cuidado com o atendimento, que estejam dispostas a desenvolverem trabalho qualificado, atendendo as especificidades de cada um, respeitando o tempo e limitações encontradas, mas valorizando e incentivando, a cada nova conquista.

CAPÍTULO 3 AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DE INCLUSÃO NA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

3.1 Contextualizações da pesquisa

O município de Sapiranga, RS, onde esta sediada a escola em que foi realizada a pesquisa, situa-se entre os municípios de Campo Bom e Araricá, possui sua história relacionada com a vinda dos portugueses que procuraram conquistar as terras ao sul do Brasil, para Portugal. Desde a metade do século XVIII, já haviam ocupantes portugueses nas terras do lugar Padre Eterno, onde no século XIX, os imigrantes alemães se estabeleceram, e posteriormente foi comprada e loteada. Sapiranga cultiva a tradição alemã, através do Kerb, da música e da comida alemã. Ocorreram conflitos de terra, religiosos, políticos e sociais, que lentamente geraram o Conflito dos Mucker entre 1873 e 1874, tendo o sopé do Morro Ferrabraz, como o local da última batalha (SAPIRANGA, 2014).

Com o passar dos anos, os colonos transformaram este lugar em uma área agrícola produtora de batata, milho, mandioca, feijão, cana-de-açúcar e ainda criaram porcos, aves, bois, vacas e cavalos. No dia 28 de março de 1890, através do Ato Municipal de São Leopoldo nº 154, foi criado o distrito de Sapiranga, que tomou o numero 5. Já em 02 de Maio de 1980, através do ato nº 219, Sapiranga é elevada ao nível de freguesia. A freguesia continuou a crescer, a viação férrea foi criada e ao seu entorno foram se estabelecendo moradias, comércio, fábricas e depósitos.com todo este progresso, a campanha de emancipação teve início, efetuando-se em 15 de dezembro de 1954.

A partir de 1990 passaram a ocorrer grandes mudanças que alteraram o perfil do município, a indústria passa a se diversificar e o calçado já não absorve toda a mão de obra. Devido a grande quantidade de jardins de rosas, surgiu a festa das rosas, evento que ocorre anualmente, com exposição industrial, comercial, shows e baile da escolha da Rainha das Rosas.

O município foi instalado em 28 de fevereiro de 1955. Sapiranga faz parte do Vale do sinos e da Região metropolitana de Porto alegre (SAPIRANGA, 2014).

Atualmente sua área é de 138,315km², com uma população de 74.985 habitantes, conforme censo do IBGE 2010. A etnia predominante é alemã, que desenvolvem a economia exercendo atividades baseadas na indústria e comércio.

Na área da educação, o município possui 20 escolas municipais de Ensino Fundamental, 12 escolas municipais de Educação Infantil e 7 escolas Estaduais, que atendem turmas do JNB até o Ensino Médio.

A instituição em destaque atende cerca de 645 alunos, de JNB (Jardim Nível B) ao 9º ano do Ensino Fundamental e também possui turmas de EJA diurno de 8º e 9º ano, que residem no município, está localizada na zona urbana de Saporanga e atende a uma população bastante carente. O corpo docente é composto de 45 atuando em sala de aula e direção, vice-direção nos dois turnos e coordenação pedagógica.

Possui estrutura física adequada para atender seus alunos e comunidade escolar, com salas de aula arejadas e com ar condicionado modelo Split, está em consonância com o número de alunos que cada uma abriga, conta com uma estrutura física de apoio composta por refeitório, ginásio, biblioteca com um grande acervo, sala de AEE, auditório com equipamentos multimídia, banheiros, rampas de acesso para cadeirantes, depósito, sala de artes, sala de professores e área coberta, sala para secretaria.

A escola tem como Missão, formar cidadãos capazes de construir um mundo melhor, mais justo e solidário, preparando-os para viverem em harmonia para conviver com o próximo e o meio ambiente. Visa ser reconhecida pela comunidade como uma instituição inclusiva, que contribui para a formação de cidadãos capazes de interagir e transformar a sociedade atual em uma sociedade mais justa, igualitária e humana, através dos conhecimentos adquiridos.

Sendo assim percebe-se que o grande foco do trabalho é em fazer com que seus alunos se tornem cidadãos com identidade, capazes de pensar e agir, que conheçam e compreendam valores éticos e morais, como justiça, verdade, respeito, responsabilidade e solidariedade.

A instituição pesquisada terá seu nome omitido, por questões éticas, assim, quando for referida na escrita ou referenciada por seu Projeto político Pedagógico, será nomeada como Escola Cidadã. Nome atribuído a missão da escola, que se baseia na construção de alunos críticos, pensantes, cidadãos com opinião. A escola tem por filosofia, segundo seu PPP (ESCOLA CIDADÃ, 2014, p.11) “formar o

educando como um ser social, provido de suas habilidades para que ele possa desenvolver tarefas e conduzir sua vida, de maneira responsável, digna e comprometida com valores morais, sociais e ambientais. Educar para a independência e para a busca de um ideal definido, onde cada ser humano possa ser sujeito de suas ações interferindo na sua realidade”. A instituição procura desenvolver seu trabalho, em parceria com a comunidade na qual está inserida a, valorizando os conhecimentos prévios de alunos e comunidade.

A escola orienta seu trabalho para uma educação atual que tratará seu conhecimento utilizando-se da ciência, da tecnologia e das relações humanas como busca do saber e conquista do novo, com responsabilidade e senso crítico, levando em conta a realidade da comunidade onde está inserida, onde o aluno adquira a aprendizagem entendida como um desenvolvimento contínuo e reflexivo, possibilitando o processo de construção do conhecimento, motivando-o e instrumentalizando-o para assumir o papel de agente da sua própria aprendizagem. (ESCOLA CIDADÃ, 2014,p.15).

A fim de identificar qual o papel do gestor com relação ao processo de alfabetização dos alunos de inclusão, foram aplicados questionários para quatro profissionais da escola e dois pais de alunos de inclusão. Por questões éticas os nomes dos participantes foram omitidos, como forma de análise dos dados coletados foi utilizada o método de análise de conteúdos. Durante a interpretação dos dados coletados, a diretora será identificada como D, a coordenadora pedagógica pela sigla CP, o professor de alfabetização como P1 e o professor de AEE, como P2. Infelizmente os dois questionários enviados para os pais não retornaram.

Todos os professores da pesquisa possuem formação na área da educação, bem como experiência de, no mínimo 11 anos no magistério. D, está trabalhando na escola há 09 anos, é formada em Educação Física, com pós em Gestão, exercendo a função como diretora. CP é formada em Pedagogia, com pós em Orientação e Supervisão Escolar, trabalha no município há 22 anos, dos quais, 07 anos exercendo esta função, nesta escola está atuando há 8 meses. A P1 tem sua formação inicial no Magistério e é formada em matemática, com curso de especialização em Mídias Digitais e atua com turmas de alfabetização há 08 anos. P2 é formada em Pedagogia, com pós em Psicopedagogia, atua no município há 25 anos e nesta escola está a função de professora na sala de recursos desde o ano de 2010.

Visando a comprovação e relação dos dados do presente estudo, foram realizados questionários com cinco perguntas abertas, aplicados simultaneamente à diretora da Escola, Coordenadora Pedagógica, um professor que trabalha com turma de alfabetização e outro que trabalha com turma de AEE, ambos fazem parte do quadro de funcionários há um bom tempo. A fim de associar as informações coletadas ao trabalho do gestor e alfabetização dos alunos de inclusão.

De todos os questionários entregues, apenas quatro retornaram, os dois questionários entregues aos pais não retornaram em tempo para a pesquisadora, impedindo assim que a opinião dos mesmos não pudesse fazer parte do trabalho.

O processo de análise envolveu uma leitura minuciosa das respostas obtidas nos questionários, conteúdo para a categorização dos conceitos e percepções dos participantes sobre gestão e inclusão escolar. É imprescindível esclarecer que as categorias foram escolhidas de acordo com a representatividade nas palavras, relevância e repetição. Mas cada categoria, não representa um participante específico. Alguns termos foram mencionados por mais de um professor, bem como algumas respostas se assemelham e permitem que se enquadre em mais que uma categoria.

3.2 Alunos de inclusão matriculados na escola pesquisada

Na escola pesquisada existem vários alunos portadores de necessidades especiais, que vão das turmas de Jardim Nível B até o 9º ano do Ensino Fundamental e também turmas do EJA, todos encontram-se matriculados e freqüentando a escola, informações estas que podem ser obtidas acessando ao portal do Educacenso.

O Censo Escolar é uma pesquisa declaratória realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, órgão vinculado ao Ministério da Educação - MEC, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, que tem por objetivo fazer um amplo levantamento sobre as escolas de educação básica no País. É o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro sobre as diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica e da Educação Profissional (BRASIL, 2014, p.04).

Todo aluno que é matriculado na escola, traz consigo documentos, dentre eles podem estar laudos médicos que comprovem que o aluno possui algum tipo de necessidade especial, mas muitos alunos embora sejam classificados como de inclusão, ainda não possuem laudo médico, mas por meio de avaliações feitas pelo professor, psicopedagogo, psicólogo, professor de AEE, pode-se perceber e enquadrá-lo neste grupo.

Portanto, o direito ao entendimento educacional especializado previsto nos artigos 58, 59 e 60 da LDBEN (Lei 9394/96) e também na Constituição Federal, não substitui o direito à educação (escolarização) oferecida em classe comum da rede regular de ensino.(BRASIL, 2004,p.10).

Este trecho vem reforçar a ideia de que o acesso a educação deve estar disponível a todos, sem que haja qualquer tipo de distinção.

Dentre os alunos com necessidades especiais encontram-se os que apresentam deficiência física, mental, visual, auditiva, síndromes, transtorno global de desenvolvimento e outros.

Para informar no sistema Educacenso um aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades / superdotação, não é necessária a apresentação de documentos clínicos comprobatórios (laudo médico / diagnóstico clínico). De acordo com a Nota Técnica nº 04/2014 Secadi/MEC, “o AEE é caracterizado por atendimento pedagógico, e não clínico. Durante o estudo de caso, primeira etapa da elaboração do Plano de AEE, se for necessário, o professor de AEE pode se articular com profissionais da área da saúde, tornando-se o laudo médico, neste caso, um documento anexo ao Plano de AEE. Por isso, não se trata de documento obrigatório, mas complementar, quando a escola julgar necessário”.(BRASIL, 2014, p.43).

Visando conhecer a realidade da escola pesquisada, no que se refere ao número de alunos cadastrados no censo que possuem NEEs, foi feita uma consulta a tabela do Educacenso de 2014.

Após uma análise nos dados referentes ao Educacenso, foi encontrado um total de 14 alunos considerados de inclusão, sendo que apenas três se encontram matriculados nas turmas de alfabetização (1º a 3º ano) e os mesmos estão apresentados no quadro abaixo:

Tabela 1 Levantamento das matrículas de inclusão no 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental:

TURMA REGULAR	TURMA AEE	DEFICIÊNCIA	TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO
2ºAno	SIM	INTELECTUAL	
2ºAno		INTELECTUAL	SÍNDROME DE DOWN
3ºAno	SIM	INTELECTUAL	

Fonte: Educacenso 2014

Na busca pelas informações do Educacenso, foi constatado que o sistema apresenta algumas falhas no que se refere ao preenchimento dos dados dos alunos com NEES, pois não especifica qual a deficiência do aluno, como por exemplo, síndrome de Down, apenas aparece como o mais próximo deficiência intelectual, o que faz com que os dados estatísticos nem sempre seja corretos.

Destes três alunos, somente um possui laudo e por isso apresenta a definição de qual tipo de transtorno global de desenvolvimento possui.

A educação inclusiva garante o cumprimento do direito constitucional indisponível de qualquer criança de acesso ao Ensino Fundamental, já que pressupõe uma organização pedagógica das escolas e práticas de ensino que atendam às diferenças entre os alunos, sem discriminações i devidas, beneficiando a todos com o convívio e crescimento na diversidade.(BRASIL, 2004, p.11).

Os alunos das turmas de 2º e 3º Anos são acompanhados em sala de aula por monitores, estudantes de Pedagogia, os quais auxiliam higiene, alimentação e realização das tarefas, planejadas e disponibilizadas pelas professoras titulares e também possuem atendimento com psicólogo, psicopedagoga e na sala de AEE. Já o aluno de uma das turmas do 2ºAno, portador de Síndrome de Down, tem um auxiliar em sala de aula, e tem atendimento na APAE, no turno oposto.

Embora nesta escola os monitores estejam cursando Pedagogia, muitas vezes são contratados estudantes de ensino médio, pessoas que não possuem formação e experiência específicas, que acabam sendo responsáveis por um trabalho tão delicado e importante, no que se refere ao ensino destes alunos com NEES.

Sendo assim, o atendimento aos alunos de inclusão em sala de aula, se resume “ao professor em sala de aula” para CP e P1. P2 acredita que a principal

ação no que se refere ao ensino dos alunos de AEE, é “o trabalho realizado em parceria com os membros da escola e pais” (P2, 2014). Esta resposta vem mostrar o quão importante é o diálogo e troca de informações para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, pois quando vários agentes envolvidos expõem seu conhecimento, torna-se mais fácil a compreensão das reais necessidades e elaboração das estratégias a serem tomadas para sanar as dificuldades apresentadas.

Com relação ao processo de alfabetização, D, CP, P1 e P2 destacam que:

...os pais são os principais parceiros, pois os mesmos precisam estar comprometidos para ajudarem no processo de aprendizagem dos filhos, hora estimulando em casa, hora levando os filhos nos atendimentos ou consultas a especialistas.(D, CP, P1, P2, 2014).

Percebe-se assim que a família é vista como a base que dá apoio e sustentação aos alunos.

No que se refere ao planejamento, os professores procuram analisar as necessidades apresentadas pelos alunos, por meio de sondagem, e elaborar atividades específicas para cada caso, mesmo que sejam necessárias diferentes atividades na mesma sala de aula.

Embora a escola tenha alunos matriculados com necessidades especiais, CP ressalta que “A escola possui dentro do possível a acessibilidade aos alunos, com sala Multifuncional, psicólogo, psicopedagoga, psicólogo e monitores” (CP, 2014), mas sabe-se que tudo ainda é muito experimental, encontra-se em processo de adaptação, o que faz com que nem sempre se atinjam os objetivos propostos. D e P2 declaram que “a escola ainda não está pronta para atender os alunos com NEEs, encontra-se ainda em processo de implantação” (D; P2, 2014), falas essas que reforçam o que foi dito anteriormente.

Percebe-se então que a escola apesar de possuir muitos alunos de inclusão, e algumas formas de atendimento especializado, ainda não está totalmente adaptada a esta situação, fazendo muitas vezes com que estes alunos não estejam totalmente incluídos, apesar de fazerem parte do quadro de alunos.

3.3 As contribuições da Gestão no processo de alfabetização dos alunos de inclusão

Para que se possa iniciar o processo de alfabetização dos alunos de inclusão, inicialmente é necessário que os gestores tenham conhecimento das leis que determinam a matrícula destes alunos na rede regular de ensino e posteriormente orientem seus professores, funcionários e até mesmo as famílias de que forma este processo deve ocorrer.

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da Educação Básica e Superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças.(BRASIL, 2004, p.30).

A respeito de que forma as ações institucionais e pedagógicas estão favorecendo a inclusão no processo de alfabetização:

Quando vejo que os alunos tem material diversificado, utilizam jogos e outros materiais, de apoio e o professor cria atividades que desenvolvam suas potencialidades de acordo com as possibilidades. Percebo a evolução destes alunos e a aceitabilidade do grupo.(CP, 2014).

Isto demonstra que os profissionais da escola estão preocupados com o aprendizado de seus alunos e desenvolvendo ações em prol do desenvolvimento dos mesmos.

P1 e D acreditam que com o trabalho dos monitores em sala de aula, a qualidade do ensino melhora e por conseqüência, a alfabetização torna-se algo possível, segundo a seguinte fala “o trabalho dos monitores, voltado as especificidades dos alunos”, o aluno da turma do 1º ano, possui deficiência intelectual, assim como um aluno do 3º ano e o aluno da turma do 2º ano possui Síndrome de Down.

Um fator muito importante a ser descrito é a “Lei 7853/89, que proíbe recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir matrícula”, citada por CP, o que mostra que mesmo que a escola não esteja totalmente pronta para receber os alunos de NEEs, ela jamais poderá recusar-se a atendê-lo.

A Lei 7853/89, presta apoio aos portadores de necessidades especiais, no que se refere a integração social, prevendo o acesso a todos os serviços sejam eles na área da educação, saúde, e enquadrando como crime, quando lhes forem impedidos estes direitos. Em se tratando especificamente da Educação, prevê o acesso a turmas de ensino especializado, material, alimentação e também matrícula em turmas regulares, respeitando as potencialidades dos mesmos.

D mencionou a “Declaração de Salamanca de 1994, em que o Brasil entra na regulamentação dos alunos de inclusão nas escolas regulares e a implantação das salas de AEE, também prevê a criação de centros de atendimento especializados” (D, 2014), o que reforça a obrigatoriedade do atendimento e criação de ambientes que favoreçam o atendimento dos alunos de AEE.

Declaração esta criada em junho de 1994, pela qual ficou estabelecido segundo as Nações Unidas, ao compromisso para com a educação para todos, o que vem reforçar a ideia de D, pois quando se pretende garantir o acesso a educação, principalmente de qualidade, faz-se necessário a implantação de medidas e recursos que permitam o bom andamento do trabalho com os alunos.

P1 não mencionou nenhuma lei, pois disse não conhecê-las e P2, embora atue na sala de AEE, declarou “embora existam diversas leis que assegurem o atendimento aos alunos de inclusão, elas precisam ser obedecidas”, o que faz com que se pense em esclarecer e apresentar as leis a todos professores, para que saibam seus direitos e deveres, podendo assim cobrar das autoridades tudo o que for preciso e possível para o desenvolvimento do seu trabalho.

Quantos as leis, CP mencionou também a “Constituição Federal, LDBEN, ECA, Plano nacional de Educação e Lei de temporalidade”, demonstrando ter maior conhecimento no que se refere a inclusão, fazendo assim com que possa acompanhar o trabalho na escola e prestar auxílio em conformidade com as legislações vigentes, beneficiando alunos e professores.

As leis citadas anteriormente por CP apresentam diferentes especificações no que se referem à educação inclusiva, tais como:

Na Constituição Federal (1988) elegeu como um dos seus principais fundamentos a promoção do bem de todos, sem que haja preconceito de origens, enquanto que a LDBEN (9394/96) determina o acesso à educação a todos, disponibilizando o atendimento educacional especializado tanto em classes distintas, como na rede regular de ensino, conforme as possibilidades. O ECA busca o direito das crianças quanto ao direito a educação, visando seu desenvolvimento e preparo para o mercado de trabalho, O PNE (2010), estabelece as metas a serem atingidas na educação, baseando-se em índices.

Sendo assim, percebe-se que a gestão escolar é muito mais do que um conjunto de profissionais com cargos de chefia, administrando uma escola, mas sim uma equipe que precisa estar constantemente se aperfeiçoando, conhecendo as

leis, repassando informações para professores e comunidade e em parceria com ambos criando meios e estratégias que sirvam positivamente para o pleno desenvolvimento dos alunos sejam eles portadores de necessidades especiais ou não, valorizando e incentivando o seu crescimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização dos alunos de inclusão matriculados na rede regular de ensino é algo ainda muito complexo, tendo em vista que as escolas, embora sejam obrigadas a matricularem estes alunos e providenciarem recursos que disponibilizem uma melhor adaptação e aprendizado, ainda não se encontram totalmente preparadas para isto, seja por não terem conhecimento das leis, seja por falta de espaço físico adequado, falta de recursos materiais e até mesmo por seus profissionais não serem totalmente capacitados, pois poucos são os professores que possuem cursos específicos para o trabalho com alunos com NEEs.

O que se percebe é que segundo as diferentes leituras, embora hajam leis específicas para o atendimentos dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas da rede regular de ensino, há uma forte resistência em assumir este compromisso social. Mesmo que os pais venham e façam as matrículas, muitas vezes eles mesmos não fornecem todas as informações referentes aos alunos, seus filhos, o que tornaria o desenvolvimento de um trabalho mais direcionado, tornando assim o processo de adaptação do mesmo lento e muitas vezes causando um certo desconforto tanto por parte do aluno, quanto por parte do professor, que se sente frustrado e até mesmo incapaz de suprir as necessidades educacionais daquele aluno.

Outro fator importante em ressaltar é a questão referente a falta de conhecimento quanto ao uso de materiais específicos para cada necessidade dos alunos de inclusão, pois muitas vezes a única pessoa que os utiliza é a professora de AEE, fazendo assim que este auxílio se restrinja apenas a sala de AEE.

No que se refere à alfabetização, especificamente, sabe-se que cada aluno possui seu tempo para aquisição do SEA, e que o mesmo depende da influência de diferentes fatores e em se tratando dos alunos de inclusão, este processo é ainda mais lento e precisa de um trabalho todo diferenciado.

Após a leitura dos questionários é possível perceber que a questão do ensino dos alunos de inclusão é algo que preocupa muito os gestores e professores, e ambos demonstraram interesse e comprometimento em realizar esta tarefa.

A educação inclusiva na rede regular de ensino no Brasil é uma tarefa ainda muito recente, embora já seja prevista em lei há muitos anos, mas para que este processo ocorra de maneira a realmente incluir os alunos, a parceria de escola e

família precisa ser constante, os pais precisam estar presentes dentro da escola e acompanharem o processo de aprendizagem de seus filhos e a Gestão escolar precisa estar fornecendo apoio e recursos necessários, visando um melhor andamento do trabalho e principalmente a qualidade do ensino e interação social deste aluno, que anteriormente era visto por muitos como alguém incapaz de desenvolver-se, por apresentar necessidades especiais.

A sociedade ainda é muito preconceituosa, quanto as pessoas com NEEs, mas graças a campanhas e propagandas apresentadas pelos mesmos, as pessoas estão começando a modificar sua opinião no que se refere as capacidades dos mesmos.

Cabe aos professores e gestores, manterem-se atentos aos alunos que chegam em suas escolas e turmas e conhecerem seus direitos e deveres, e com base em tudo isso, busquem soluções plausíveis ao ensino dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALCUDIA, R. et al. **Atenção à Diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANDRÉ, M.E.D.A. Estudo de Caso e seu potencial na educação: **Caderno de Pesquisa**. PUC: Rio de Janeiro. n 49. p.51-54, 1984.

BRASIL. **Censo Escolar**: caderno de Instruções: Brasília, INEP, 2014.

_____. **Estatuto da Pessoa com deficiência (2013)**. Disponível em:
< <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/432201.pdf?>>. Acesso em outubro de 2014.

_____. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa**. A Alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Brasília, 2012.

_____. **Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2008.

_____. **Saberes e práticas da inclusão**: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 2003.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em setembro de 2014.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Vol.2. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei Nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Brasília. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/ DF: Imprensa Oficial, 1988.

CARDOSO, M. da S. **Educação inclusiva e diversidade**: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Porto Alegre: Redes Editora, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. UNESCO. Salamanca/ Espanha, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas 2006.

GOFFREDO, V. L. F. S. **A escola como espaço inclusivo**. In: Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. p.45.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MEIRINHOS, M.; OSÓRIO, A. **EDUSER**: revista de educação, Vol. 2(2), 2010, Inovação, Investigação em Educação.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
<file:///C:/Users/Admin/Desktop/AN%C3%81LISE%20DE%20CONTE%C3%9ADO.htm>. Acesso em setembro de 2014.

ROSA, S. P. da S. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba: IESDE, 2005.

SAPIRANGA (RS). **Sapiranga hoje**.

<http://www.sapiranga.rs.gov.br/index.php/municipio_hoje>. Acesso em abril de 2014.

SILVA, J. R. Sá, ALMEIDA C. D. de, GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo. Ano I. n. I. p.1 – 15, 2009

TEZANE, T. C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva**: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão. ><http://pedagogiaaopedaleta.com/wp-content/uploads/2012/08/Constru%C3%A7%C3%A3o-da-escola-inclusiva-gestor.pdf>>. Acesso em setembro de 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

APÊNDICES

APÊNDICE 1



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Educacional da UAB/ UFSM vem apresentar a acadêmica Juliana Graziela Baum Damin à Direção desta Instituição de Ensino. A referida acadêmica está na fase de elaboração da monografia intitulada A Gestão e organização da escola no processo de alfabetização do aluno de inclusão..

O objetivo da inserção da acadêmica na Instituição, diz respeito à coleta de informações de sua pesquisa de conclusão de Curso, cujo objetivo é investigar as contribuições da Gestão no processo de alfabetização do aluno de inclusão..

Ressaltamos que a oportunidade concedida pela Instituição, constituir-se-á em relevantes momentos para a construção do estudo, que resultará na ampliação dos conhecimentos teóricos relacionados com as temáticas pesquisadas.

Agradecemos sua colaboração.

Sapiranga, setembro de 2014.

Prof^a. Ms. Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann
Orientadora

APÊNDICE 2



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: A Gestão e organização da escola no processo de alfabetização do aluno de inclusão.

Pesquisadora responsável: Juliana Graziela Baum Damin

Orientadora: Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann

Instituição: UAB/ UFSM.

Telefone para contato: (51)9273 5680

Prezado(a) Colaborador(a):

Você está sendo convidado(a) para responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Este estudo tem como objetivo geral: investigar as contribuições da Gestão no processo de alfabetização dos alunos de inclusão de uma Escola Municipal de Sapiranga (RS).

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas que abordam:

1 – Como a escola está preparada para atender as necessidades dos alunos de inclusão?

2 – Quais as contribuições da direção, coordenação pedagógica, professora de sala de aula e setor especializado no processo de inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

3 - Como os pais podem contribuir para o processo de inclusão na escola?

4 - De que forma você percebe que as ações institucionais e pedagógicas estão favorecendo a inclusão no período da alfabetização?

5 - Comente as legislações que você conhece e servem de fundamento para a inclusão de alunos em alfabetização na escola.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente

exposto,

eu

_____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Sapiranga _____, de setembro de 2014.

Professora Autora da Pesquisa

APÊNDICE 3



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título da monografia: A Gestão e organização da escola no processo de alfabetização do aluno de inclusão.

Pesquisador responsável: Juliana Graziela Baum Damin

Instituição/Departamento: Escola Municipal de ensino Fundamental Rubaldo Emilio Saenger

Telefone para contato: (51) 9273 5680

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através de um questionário realizado na Escola Municipal De Ensino Fundamental Rubaldo Emilio Saenger. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente trabalho. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da Professora Pesquisadora Juliana Graziela Baum Damin Após este período, os dados serão destruídos.

Sapiranga ,.....dede 2014.

.....

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE 4



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Título da pesquisa: A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO DE INCLUSÃO

Prezado (a) colaborador (a), este questionário apresenta (5) questões abertas que poderão ser respondidas sem limite de linhas. Este documento é anônimo, portanto, não tem necessidade de identificação.

Desde já agradeço a sua disponibilidade em participar desta pesquisa.

Juliana Graziela Baum Damin.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Cargo ou função _____

Graduação: _____

Pós-graduação: _____

Tempo de atuação no cargo atual: _____

Tempo de atuação na Escola: _____

Tempo de atuação na rede municipal _____

Questões:

1 – Como a escola está preparada para atender as necessidades dos alunos de inclusão?

2 – Quais as contribuições da direção, coordenação pedagógica, professora de sala de aula e setor especializado no processo de inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

3 - Como os pais podem contribuir para o processo de inclusão na escola?

4 - De que forma você percebe que as ações institucionais e pedagógicas estão favorecendo a inclusão no período da alfabetização?

5 - Comente as legislações que você conhece e servem de fundamento para a inclusão de alunos em alfabetização na escola: